



A FILOSOFIA E A ADEQUAÇÃO ESCOLAR: PARADOXOS DE UM SABER INSTITUCIONALIZADO

Artur Rodrigo Itaquí Lopes Filho¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo abordar três questões paradoxais existentes na problemática inserção da filosofia, como disciplina obrigatória nos currículos das inúmeras escolas do território brasileiro. Instigando no leitor o despertar de uma necessária reflexão acerca da delicada situação vivida pelos profissionais da filosofia que atuam no mercado de trabalho, como professores escolares, o presente artigo não pretende trazer respostas conclusivas às questões aqui erigidas, mas, sim, promover um meio para que a discussão acerca dos temas aqui propostos transpasse os limites de um pequeno artigo e ganhem proporções necessárias, para que mudanças possam, de fato, vir a ocorrer.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Educação. Escola

THE PHILOSOPHY AND THE EDUCATIONAL ADEQUACY: PARADOXES OF A KNOWLEDGE INSTITUTIONALIZED

ABSTRACT: The present paper aims to discuss three issues existing in the paradoxical problematic of insertion of philosophy as a obligatory subject in the curriculum of many schools in Brazil. Instigating in the reader the awakening of a necessary discussion about the delicate situation experienced by professionals who work in the philosophy job market as school teachers, this paper is not meant to bring conclusive answers to the questions erected here, but means to promote the discussion of the topics proposed here trespass the limits of a short paper and earn the necessary proportions for that change can indeed occur.

KEY-WORDS: Philosophy. Education. School

INTRODUÇÃO

É sabido que, no ano de 2006, os currículos das inúmeras escolas de ensino público e privado do vasto território brasileiro sofreram uma grande transformação. A resolução do dia 16 de agosto de 2006, publicada no dia 21 de agosto do mesmo ano, vinha coroar a vitória na batalha travada por um grande número de profissionais da educação, em especial das áreas da filosofia e da sociologia. Tal resolução vinha instituir nas escolas de ensino público e privado

¹ Mestre - Doutorando em Filosofia. Professor de Filosofia – FURG. Email: artursan@gmail.com

de todo o território brasileiro a imediata incorporação, nos anos finais da formação escolar – a saber, o Ensino Médio –, as disciplinas de filosofia e sociologia, em caráter obrigatório para a conclusão da formação escolar de todo cidadão. Nesse mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação (CNE) deu, então, aplicação imediata à resolução, fixando o prazo de, no máximo, um ano, para que os Estados e Municípios pudessem, por sua vez, adequar seus respectivos currículos e, assim, cumprir tal determinação.

Após a instituição de tal obrigatoriedade, inúmeros pensadores, preocupados com o que viria constituir o currículo dessas duas novas disciplinas, passaram a erigir suas propostas e igualmente seus questionamentos. Tendo como base a LDB-9394/96, que afirma ser “[...] o domínio dos conhecimentos de filosofia e da sociologia necessários ao exercício da cidadania” (RODRIGUES, 2002, p. 166), seguido pelo PCN/EM de 1999, que, por sua vez, entende que a perspectiva para o ensino médio é de um aprendizado permanente, tendo como “[...] elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam, [dando ênfase] a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (PCN/EM, 1999, p.25), em se tratando da filosofia, em específico (que é o objeto do presente artigo), uma vasta gama de pensadores² acabaram por concordar, em seus respectivos estudos, que, apesar do idealizado pelos documentos oficiais, a filosofia, como disciplina obrigatória, traria consigo uma vasta gama de problemáticas situações a serem enfrentadas para, assim, atingir os já citados objetivos almejados, presentes nos igualmente já citados documentos oficiais os quais orientariam a introdução da disciplina no Ensino Médio.

Diante disso, não muito credo com a suposta esperança atribuída à filosofia, como obrigatória no Ensino Médio, Walter Omar Kohan assim escrevera em seu artigo *Perspectivas atuais do ensino de filosofia no Brasil*³:

Enquanto experiência do pensar, a filosofia exige um pensar aberto ao estranho, ao outro; ela rejeita os modelos, os paradigmas, as formas únicas, padronizadas. [...] Longe de qualquer otimismo fácil, implicaria aceitar que o que se faz dominante nas instituições educacionais, no ensino fundamental, médio e até superior, ainda não é filosofia, pelo menos se a filosofia tem a ver com promover experiências do pensar. (KOHAN, 2002, p.27).

² A exemplo: Walter Omar Kohan, Jayme Paviany, Sílvio Gallo, Marilena Chauí e outros.

³ Artigo publicado no livro *Um olhar sobre o ensino de filosofia* (2002).

As palavras de Kohan ilustram um pouco do incômodo vivido pelos profissionais da filosofia que se encontram diante da grande questão que iluminará o presente artigo: O que ensinar e como ensinar filosofia, dentro do atual ambiente escolar?

Não é fácil tratar de uma questão tão complexa. Igualmente, sentimos que existe uma efervescente necessidade de abordarmos os inúmeros problemas vividos pelos profissionais da filosofia, ao exercerem a profissão de professores para adolescentes, assim como as dificuldades encontradas pelas instituições em inserirem tal disciplina no currículo escolar. Essas dificuldades abrangem um vasto e complexo cenário que se desdobra em questões que, para muitos, podem gerar um grande desconforto ao abordá-las. A exemplo, Zita Rodrigues, em seu texto *A filosofia no ensino médio conforme a LDB-9394/96 e as diretrizes curriculares do MEC-PCN/EM (1999)*⁴, ainda que se postando como defensora da inserção, igualmente entende que a filosofia acabaria por enfrentar inúmeras questões com as quais o quadro das instituições de ensino do território brasileiro e seus respectivos aparatos organizacionais não estariam aptos a lidar. Diante disso, a autora apresenta uma vasta lista de questionamentos acerca da delicada situação, a fim de ilustrar uma pequena camada do difícil emaranhado de questões que se desdobram e devem ser enfrentadas visto o retorno de tal disciplina às instituições educacionais contemporâneas. Assim escreve a autora:

Entendida todas [...] imbricações, faz sentido questionar: por que o ensino de filosofia no EM⁵ no atual contexto? Quais são as especificidades da filosofia nos currículos do EM? Que conteúdos devem ser contemplados nesse processo? Que metodologias devem ser empregadas para se desenvolver um ensino prazeroso e adequado de filosofia? O que os alunos do EM esperam da filosofia enquanto disciplina do currículo? Qual é o papel pedagógico do ensino de filosofia no processo de ensino – aprendizagem do EM? (RODRIGUES, 2002, p.170).

Por sua vez, Jayme Paviani, seguindo a linha de raciocínio defendida por Zita Rodrigues, apresenta em seu artigo *Filosofia do ensino da filosofia*⁶, um vasto conjunto de 25 questionamentos nos quais o autor expõe com mestria algumas das situações com as quais o profissional ministrante da disciplina de filosofia, na escola, inevitavelmente um dia terá de enfrentar. Sua apresentação, ao mesmo tempo em que problematiza, descreve a realidade da estrutura educacional contemporânea e como a filosofia, dotada de pretensões

⁴ Artigo publicado no livro *Um olhar sobre o ensino de filosofia (2002)*.

⁵ EM é a sigla usada pela autora para referir ao Ensino Médio.

⁶ Artigo publicado no livro *Um olhar sobre o ensino de filosofia (2002)*.

transformadoras, teria de lidar com os muitos entraves imbricados na estrutura dessa grande instituição.

Dentre os problemáticos apontamentos erigidos pelo autor, a necessária reflexão acerca da situação em que ocorre o aprendizado é aquela que julgamos aqui merecer uma maior atenção. Tal problemática se refere àquilo pretendido pela educação contemporânea, longe das ideologias que inflamam a academia onde, muito comumente, os *factos* são suprimidos frente aos discursos românticos erigidos com um estranho e devoto fervor por uma vasto número de profissionais da educação atual. Em seu apontamento, Paviani nos instiga a observar as instituições de ensino e a pensar em como uma disciplina que pretende o livre pensar, como, de fato, a filosofia aparentemente é entendida, coexistiria em meio à lógica mecanicista da atual progressão escolar que pretende aliar, e muitas vezes confundir, as ideias de formação para a vida com a formação para o mercado de trabalho, ou para o ingresso em cursos de Ensino Superior.

Seguindo a linha de raciocínio aqui ilustrada por autores exemplares os quais contribuem para com a problemática inserção da filosofia, como disciplina obrigatória nas instituições educacionais brasileiras, assumiremos a responsabilidade de aqui erigir um conjunto de questionamentos os quais acreditamos ilustrar, ao menos um pouco, o sentimento vivido pelos filósofos brasileiros diante de tal situação: Qual a esperança depositada na filosofia como disciplina obrigatória no currículo escolar brasileiro? Qual o papel do profissional que ministra a disciplina de filosofia? Qual o conteúdo que cabe a esse profissional ministrar? Qual o poder de intervenção das instituições de ensino na já mencionada disciplina? Qual a relação da disciplina de filosofia com o Vestibular/PAVE/ENEM e outros possíveis processos de seleção para o ingresso no Ensino Superior? Enfim, o que é pretendido com a filosofia na escola?

Longe de pretender aqui responder cada questão, de maneira analítica, o que imbricaria um vasto conjunto de situações a serem consideradas, que mais confundiriam do que elucidariam o pretense leitor, o presente artigo tratará de abordar, de maneira generalista, essas mesmas questões, como parte de um conjunto de três paradoxos os quais acreditamos serem vividos pelos filósofos profissionais, atuantes como professores da disciplina de filosofia nas inúmeras das nossas escolas de Ensino Médio.

Assim, o corpo do presente artigo passará a ser constituído de uma sucinta apresentação sistemática dos paradoxos que acreditamos existirem e que constantemente são enfrentados pelos filósofos profissionais da educação, seguida de um conjunto de breves reflexões não conclusivas, mas, sim, dotadas do intuito de problematizar tais situações de

essencial abordagem, com fins de estimular o surgimento de um campo de discussões que transcendam as páginas de um pequeno artigo.

Enfim, é importante ressaltar que os paradoxos aqui apresentados refletem apenas uma fina camada da complexa teia de mecanismos com os quais os muitos filósofos – como professores da disciplina de filosofia no Ensino Médio brasileiro –, ao menos assim acreditamos, terão de refletir, para que alguma transformação, de fato, seja possível. Mesmo que elas venham a ocorrer apenas em um futuro distante.

PRIMEIRO PARADOXO: FILOSOFIA E MERCADO DE TRABALHO

Muitos dos profissionais que concluem seus estudos em licenciatura, na área da filosofia, encontram no espaço escolar uma primeira oportunidade para exercer algum ofício que, além de lhe gerar alguma experiência, também lhe oportuniza um meio de sustento, já que, tratando-se da realidade brasileira, o formando em filosofia logo cedo descobre o escasso e quase inexistente espaço remunerado disponibilizado pelas inúmeras instituições para a pesquisa teórico/filosófica. Longe de afirmar que as pesquisas brasileiras não possuem, em algum momento, um campo de aprofundamento teórico/filosófico, mas é sabido que pesquisas que não possuem uma aplicabilidade imediata no mercado, isto é, que não tragam resultados que sejam, ao menos, possíveis de promover algum impacto na vida cotidiana, dificilmente recebem fomento para sua elaboração.

Assim, a filosofia tende a sofrer sua primeira situação paradoxal: mesmo que o anseio do filósofo seja o desenvolvimento de seu livre pensamento, a emergência de um mundo capitalista, cada vez mais exigente, logo cedo, arrasta o pretense amante do saber a um ofício que passará a prover o seu tão necessário sustento. Em meio a burocracias intrínsecas ao sistema educacional, que obriga o profissional da educação a dividir suas funções entre as práticas de administração, gestão e, claro, prática docente, as instituições de ensino não muito cedo passam a ser o mais próximo do almejado pelo filósofo, dito amante do saber. De um livre pensador para alguém condicionado à prática da didática, cedo o filósofo descobre ser a filosofia secundária à dinâmica da vida contemporânea, ou sujeita a uma forçada orientação, a uma atuação em áreas mais rentáveis do mercado de trabalho.

A dificuldade de espaço para atuação profissional dos recém-formados filósofos pela academia, direciona muitos ao ingresso nas inúmeras instituições de Ensino Médio existentes em todo o território nacional (outras poucas, incluindo o Ensino Fundamental), para, assim, lecionar a disciplina que, como licenciados, tais profissionais estariam aptos a ministrar.

Professores do Ensino Médio, os filósofos sofrem das mesmas dificuldades enfrentadas pelos outros tantos professores das demais disciplinas que os estudantes devem cursar, se assim desejarem concluir o Ensino Médio e se tornarem aptos a participar, dos processos de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Mas algo torna a disciplina de filosofia um tanto peculiar.

Logo ao ingressarem nos últimos anos do Ensino Médio, os estudantes percebem a lógica na qual se encontram inseridos, desde sua infância: estudar para assim estarem aptos a prestar um concurso para o ingresso no Ensino Superior (ou profissionalizante), sendo este, por sua vez, aquele que munirá o adolescente do conhecimento necessário para atuar no mercado de trabalho. Seja oriundo de uma imposição ou condicionamento familiar (paternal/maternal), tanto quanto fruto de um condicionamento social, o ingresso no Ensino Superior coroa o adolescente pelo esforço prestado, como participante da jornada escolar, além de, teoricamente, muni-lo (e os pais também) da esperança da aquisição de um tão sonhado emprego, fruto da obtenção do igualmente tão sonhado diploma, o qual traria, mais uma vez, teoricamente, total independência financeira a ele. Para ilustrar tal situação, cito o conhecido autor crítico dos processos de avaliação para o ingresso no Ensino Superior, Rubem Alves:

[Os vestibulares], anunciados como inocentes portas de entrada, [tem como efeito] o poder de moldar e determinar os padrões de educação nas escolas de ensino médio e até mesmo fundamental. Cúmplices nesse processo são os pais. Ansiosos por ver seus filhos nas universidades, por imaginarem que um diploma vai lhes garantir segurança econômica, exercem pressões sobre as escolas no sentido de que elas se transformem em instituições dedicadas a “preparar para os vestibulares”. Boa escola é aquela que segue os modelos dos cursinhos. Aquelas que não se ajustam estão condenadas à marginalização: instituições inúteis, não preparam para os vestibulares. (ALVES, 2000, p.15-16)

Tratando, em específico, dos estudantes do último ano do Ensino Médio, é forçoso perceber que a disciplina de filosofia enfrenta uma grande dificuldade em ter alguma prioridade na vida de tais adolescentes. Não descartando o não interesse particular que alguns adolescentes têm com os estudos de cunho teórico e tão pouco responsabilizando os profissionais da filosofia de não despertarem o interesse no adolescente, a dinâmica de vida que os jovens que vivem hoje tal realidade exige que eles estruturem, desde cedo, suas prioridades, caso estes pretendam ingressar na área desejada do Ensino Superior.

Enquanto isso, na escola, o mesmo paradoxo vivido pelo filósofo, referente ao enquadramento profissional, é desdobrado sobre o estudante que se encontra no último ano do

Ensino Médio. Por mais interessantes que possam ser para alguns as discussões desenvolvidas em sala de aula, provindas dos debates estimulados pelos professores da disciplina de filosofia, a prioridade sempre será a emergência do ingresso no Ensino Superior, não somente pelas exigências oriundas do próprio estudante, mas dos pais (que indiretamente anseiam pelo “sucesso” de seus filhos) e das próprias instituições de ensino (que, igualmente, de maneira indireta objetiva o sucesso de seu corpo discente, mesmo que para fins propagandísticos/mercadológicos).

O ingresso no Ensino Superior, entendido como porta para uma suposta estabilidade financeira (mercado de trabalho), acaba por orientar as prioridades de estudo do adolescente que, por sua vez, encontra nas disciplinas de cunho puramente teórico, como de fato a filosofia vem sendo desenvolvida, um estudo secundário, para muitos, passível de descarte. Cabe, assim, a retomada da questão previamente erigida nas primeiras páginas do presente artigo: O que ensinar e como ensinar filosofia dentro do atual ambiente escolar?

SEGUNDO PARADOXO: A FILOSOFIA E SEU CONTEÚDO

A não existência de um currículo de filosofia voltado para o ensino escolar promove para o profissional da área uma situação deveras preocupante. Quando, diante da difícil tarefa de ministrar a disciplina para os adolescentes que compõem o corpo discente das séries finais da formação escolar – a saber, o Ensino Médio –, muitos filósofos profissionais da educação se deparam com a dura realidade da não existência de um currículo que oriente o seu ensino, cabendo a eles mesmos escolher o que ministrar, tendo como orientação, além de sua consciência, uma variada gama de livros escritos por um aplainado de pensadores/filósofos que, à sua maneira, pretendem defender suas respectivas posições, como “precursores” no desenvolvimento de um currículo para a filosofia como disciplina escolar.

Em seus estudos acerca do conteúdo necessário para compor a disciplina para o Ensino Médio, Jayme Paviani aponta algumas características problemáticas existentes com relação à questão da escolha dos manuais e compreendemos que, inevitavelmente, o filósofo ministrante da disciplina de filosofia acaba por enfrentar na contemporaneidade. Assim escreve o autor:

Um programa de ensino pressupõe leituras de textos e manuais. Os manuais tem uma função de apoio; serve para sistematizar conhecimentos necessários para realizar novas investigações. O conhecimento novo depende do conhecimento já produzido. Por isso, não é fácil escrever compêndios que

atendam a todas as exigências filosóficas e pedagógicas. Por exemplo, um texto pedagógico não pode transformar a filosofia numa doutrina ou ideologia, retirar das indagações filosóficas o vigor do pensamento, reduzir os argumentos em declarações definitivas, as idéias em conceitos fixos. (PAVIANI, 2002, p.50).

Entre livros e filósofos há os que defendem um currículo voltado para a compreensão da filosofia de maneira ampla e flexível e outros que defendem uma linha conteudista e historiográfica. O filósofo ministrante da disciplina, cedo percebe estar em uma situação um tanto desconfortante, pois não nos parece necessário estar dotado de um aprofundado conhecimento filosófico para identificar aí a existência de um abismo entre ministrar uma disciplina que pretende abordar assuntos diversos acerca da realidade vivida pelos estudantes do Ensino Médio, como a exemplo, tratar do tema dos problemas da corrupção na política contemporânea brasileira, tendo como referência textos clássicos de autores que compõem o imenso quórum da filosofia política e, por outro lado, abordar as influências do pensamento dualista platônico na construção da metafísica aristotélica – igualmente suportado por textos de especialistas que contribuem para tal estudo.

Muitos filósofos, ao pretenderem construir o currículo que irá conter o conteúdo a ser ministrado nas aulas de filosofia do Ensino Médio tendem a trabalhar a história como “fio condutor” de seu trabalho. Separam a filosofia em três grande campos: o Antigo; o Medievo e o Moderno/Contemporâneo, desse modo, muitas vezes flertando com um conteúdo demasiado formal. Em defesa desse tipo de abordagem, Jayme Paviani assim escreve:

[...] os aspectos históricos e sistemáticos são importantes no ensino da filosofia. Quando Nietzsche afirma, em *Humano demasiado humano*, que a “falta de sentido histórico é o defeito hereditário de todos os filósofos”, chama atenção para o fato de que toda a construção sistemática não deixa de ter uma gênese no tempo, na história, no contexto socioeconômico e cultural e nas implicações biográficas do filósofo. Podemos destacar e analisar sistematicamente um problema filosófico, porém o texto no qual ele está objetivado nasceu de um contexto. (PAVIANI, 2002, p.46)

Mesmo que seja adotada pelo filósofo ministrante a abordagem historicista da filosofia, o problema que aqui se pretende abordar se refere à seleção daquilo que virá compor o conteúdo curricular de tal disciplina. Sendo assim, além de ter de promover o fatídico esforço de selecionar, a sua maneira, autores/correntes/escolas de pensamentos diversos, o filósofo ministrante que adota a abordagem histórica, tem de lidar com a difícil situação de simplesmente abandonar inúmeros autores/correntes/escolas ao esquecimento, tendo em vista a dura realidade enfrentada por esses profissionais diante da surpreendente uma hora semanal

dedicada ao estudo da filosofia⁷. Assim, é cabida a questão: Como afirmar que Jean Paul Sartre é mais importante de ser estudado no Ensino Médio que Ludwig Wittgenstein; que a filosofia de Parmênides é mais relevante ao ensino de filosofia na escola que o pensamento de Demócrito; ou mesmo que as teorias desenvolvidas por autores como Michel Foucault merecem um maior destaque do que aquelas desenvolvidas por Paul Feyerabend?

Ainda que essa situação já possa parecer extremamente desconfortável a muitos e desde já permita, por si só, que venhamos a despender grandes períodos de reflexões, temos ainda o já mencionado agravante do ingresso no Ensino Superior, cujos processos seletivos, conhecidos como Vestibular/PAVE/ENEM, contemporaneamente, acabam por determinar, aos poucos, aquilo que virá a ser o conteúdo da disciplina de filosofia, vistas as sutis inserções de questões referentes a ela, gradativamente presentes nas avaliações dos já mencionados processos de seleção. Para que a disciplina tenha um grau de relevância objetivo na vida acadêmica dos jovens estudantes e não somente subjetiva, como muitos pretendem defender, o conteúdo a ser cobrado pelos processos seletivos para o ingresso no Ensino Superior acaba por orientar a estruturação de um currículo cada vez mais formalizado. Assim, a filosofia passaria a ser orientada por esses os processos de seleção, não diferenciando sua prática de algumas das demais (para não mencionar todas) disciplinas do Ensino Médio brasileiro. Algo pouco preocupante para alguns, algo por deveras enfadonho para outros.

Entre questões extremamente formais como: *O argumento do gênio maligno de Descartes o leva a desenvolver toda sua teoria. Comente a conclusão alcançada pelo autor a partir deste argumento* e questões de extrema subjetividade as quais permitem um maior grau de liberdade de reflexão como: *Tendo como base a teoria política desenvolvida pelo pensador francês Jean Jaques Rousseau, argumente acerca das possíveis contribuições para a política contemporânea.*, os filósofos profissionais do ensino escolar acabam por se encontrar em uma situação nebulosa quando diante de questões erigidas por pais, estudantes e instituição que podem ser resumidas nessa única sentença: *o que será cobrado no Vestibular/PAVE/ENEM?*

Caso a resposta seja: *nada será cobrado*, de maneira messiânica, rapidamente nos é possível prever uma grande evasão de estudantes das aulas de filosofia na escola sob o argumento: *para que fazer um grupo de estudo em filosofia se tenho de estudar química para o vestibular?* Como escrevera Rubem Alves: “Os exames vestibulares, [...] involuntariamente, estabelecem o modelo de excelência educacional a ser seguido pelas escolas” (2000, p.16-17).

⁷ É sabido que poucas instituições brasileiras disponibilizam mais de uma hora semanal para tal disciplina, visto que os conteúdos ministrados pelas demais disciplinas do Ensino Médio brasileiro exigem uma maior carga horária semanal.

Assim chegamos ao segundo paradoxo: Como selecionar o conteúdo que irá compor o currículo da disciplina de filosofia no Ensino Médio, sem que ela seja transformada em mais uma disciplina rígida e formal, que ocupará um vasto período de tempo do estudante em um estudo (em grande parte) orientado para um fim avaliativo como o ingresso no Ensino Superior? Se a filosofia tem uma função intrínseca de libertar o pensamento e promover um espaço de livres reflexões, nunca estivemos tão aprisionados.

TERCEIRO PARADOXO: TODOS SOMOS PENSADORES, TODOS SOMOS FILÓSOFOS

O mais difícil dilema vivido pelos profissionais da filosofia. Começemos este tópico com algumas simples questões: Quem está habilitado a questionar um trabalho da área da química? Quem está habilitado a questionar uma avaliação da área da física? Acreditamos que a resposta nos é clara, ao tratarmos dessas e outras áreas do conhecimento humano. Quem está apto a fazer qualquer ponderação acerca de uma área do conhecimento é o profissional habilitado na referida área do conhecimento, isto é, um químico pode questionar uma questão elaborada por outro químico, um físico pode questionar um cálculo desenvolvido por outro físico e assim por diante. Isso se dá devido ao conhecimento que ambos os profissionais possuem acerca de uma mesma área do conhecimento.

Agora, seguindo a mesma lógica de raciocínio, erigimos a seguinte questão: Quem está habilitado a questionar o trabalho desenvolvido pelo filósofo? Teoricamente, a resposta que deveria ser erigida seria a mesma obtida pela lógica com a qual as questões anteriores até então foram respondidas: o filósofo. Mas é sabido que isso não reflete aquilo que de fato ocorre.

Devido ao fato de a filosofia ser uma área do conhecimento de acesso público (o que é algo positivo), isso faz com que muitos aventureiros, estudiosos, eruditos e teóricos das mais inúmeras áreas do conhecimento acabem por receber a alcunha de filósofo, simplesmente pelo fato de pensar profundamente acerca de um ou outro assunto. Essa titulação muitas vezes é dada por pessoas que não são filósofos, de fato, sendo que, muitas vezes, esse título acaba por ser resultante de uma autoatribuição um tanto desconfortável e incômoda por aqueles que de fato percorreram o árduo caminho que resulta na conquista dessa mesma titulação. Como adverte Paviani: “Sem uma compreensão adequada, a filosofia pode ser vista como um conhecimento teórico igual aos demais” (2002, p.43).

A problemática aqui apontada se encontra na difícil relação existente entre pensador/erudito e filósofo. De maneira alguma se pretende aqui diminuir um diante da figura do outro, mas é necessário que se reflita acerca de uma clara distinção. Enquanto o pensador/erudito é alguém que detém uma vasta gama de conhecimento, referente a inúmeros assuntos das mais inúmeras áreas do conhecimento, o filósofo é aquele que estuda e teoriza acerca da história do desenvolvimento do conhecimento humano e como ele nos auxilia no exercício do entendimento dos mistérios referentes à humanidade e ao mundo, não limitando suas reflexões à concretude materialista do fenômeno (algo que lhes permite flertar com a metafísica). Nesse sentido, é justificado um curso de Ensino Superior na já mencionada área da filosofia.

Mas quanto ao ingresso no mercado de trabalho, em específico na atuação docente, com fins de ministrar a disciplina de filosofia no ensino escolar, o filósofo acaba por sofrer uma grave gafe profissional oriunda de colegas e, inclusive, de algumas coordenações que pretendem orientar/alterar/decidir aquilo que o profissional habilitado para aquela área deverá ministrar como conteúdo.

Devido à falta de compreensão das instituições de que o filósofo é alguém que estudou o suficiente para alcançar um título superior numa referida área do conhecimento, a filosofia, como disciplina escolar, constantemente sofre duras e constantes transformações de cunho revisionista, tendo em vista a “manutenção” do conteúdo provinda de muitas coordenações de, igualmente, muitas instituições. Todas elas sustentados pela crença: *como somos todos aptos a pensar profundamente sobre algum assunto, de maneira análoga, somos todos filósofos.*

Portanto, o último paradoxo se constrói: Como exigir seriedade com o profissional da área da filosofia, em um mundo que entende o filósofo como uma figura de extrema importância para a sociedade, como um todo, mas que, ao mesmo tempo, compreende a filosofia como uma arte capaz de ser exercida por qualquer pessoa leiga que possua certo hábito de leitura ou refinado espírito crítico?

CONCLUSÕES

O presente artigo pretendeu apontar um conjunto de três situações paradoxais as quais acreditamos estarem presentes na atuação profissional do filósofo, docente da disciplina de filosofia no Ensino Médio escolar contemporâneo brasileiro. Igualmente fora pretendido

problematizar tais situações paradoxais, de maneira generalista e igualmente sucinta, para fins de adequação ao corpo de um pequeno artigo.

A todos os paradoxos aqui apresentados, um pequeno conjunto de discursos erigidos por um seletivo grupo de filósofos, propositalmente selecionados, foram utilizados, com fins de orientação para a tomada de posição do autor deste texto. De igual importância para o desenvolvimento das já apresentadas situações paradoxais, foram as muitas experiências vividas pelo autor, em sua prática como professor da disciplina, no Ensino Médio e Superior, de um pequeno grupo de escolas e universidades brasileiras.

Ainda que as discussões possam apresentar ao leitor pouca ou talvez nenhuma conclusão elucidativa acerca das problemáticas situações erigidas no corpo do artigo, cabe aqui ressaltar que a pretensão assumida, desde o início, fora de instigar no leitor o incômodo, que acreditamos ser necessário para que tais questões possam vir a ser ao menos refletidas com a seriedade que, teoricamente, supomos ser merecida, visto que elas, ao menos assim, acreditamos, abordam um vasto conjunto de pontos nevrálgicos do ensino de filosofia no Ensino Médio, compartilhado por um grande número de filósofos docentes dessa mesma disciplina, das inúmeras escolas do vasto território brasileiro.

Iluminado pelas palavras de Jayme Paviani que escreve: “A luta para introduzir a disciplina de filosofia no ensino [...] médio e nos demais cursos de graduação de nível superior é ineficaz caso não se tenha capacidade de exercitar o ato de filosofar em nossas aulas” (2002, p.41), é-nos possível concluir que a atuação do profissional de filosofia na escola encontra inúmeras dificuldades, como esse pequeno artigo pretendeu apontar. Não acreditamos que alguma solução venha a ser erigida por alguma autoridade, em tempo hábil, mas acreditamos que mudanças poderão acontecer, se o incômodo deixar o silêncio da sala de aula e atingir todos os profissionais que hoje vivem a dinâmica dessas e de muitas outras situações paradoxais.

REFERENCIAL

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. 11ed. Campinas: Papyrus, 2000. p. 168

BRASIL MEC. Secretaria de Educação média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais – Ensino Médio (PCN)**. Brasília: MEC, 1999. p.109

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 6ed. São Paulo: Ática, 1997.

KOHAN, Walter Omar. Perspectivas atuais do ensino de filosofia no Brasil. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (org.). **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p.21 – 40.

PAVIANI, Jayme. Filosofia do ensino da filosofia. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (org.). **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p.41 – 52.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. A filosofia no ensino médio conforme a LDB-9394/96 e as diretrizes curriculares do MEC – PCN/EM (1999). In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (org.). **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p. 165 – 188.